



Destaque Rural nº 93

07 de Julho de 2020

DO IMPASSE MILITAR AO DRAMA HUMANITÁRIO: APRENDER COM A HISTÓRIA E REPENSAR A INTERVENÇÃO EM CABO DELGADO

João Feijó

Constituindo uma região marcada pela pobreza e pouco integrada na economia nacional, a partir de 2017 a província de Cabo Delgado passou a ser palco de um conflito armado, registando, nos últimos meses, um aumento exponencial da intensidade dos confrontos. Ao longo deste texto procura-se descrever as dinâmicas dos ataques, as relações existentes entre os grupos armados e sectores da população, assim como a estratégia de contra-insurgência utilizada pelas forças de defesa. Argumenta-se que o avanço da insurgência é alimentado por históricos sentimentos de exclusão do poder central, que estruturou tensões sociopolíticas locais, sendo que a desconfiança e violência das forças de segurança relativamente às populações locais tende a aumentar ressentimentos contra o Estado, a alargar a base de recrutamento de rebeldes e a prolongar e intensificar o conflito.

Num segundo momento, explora-se o drama humanitário desencadeado pelo conflito armado, expresso em centenas de mortos, valas comuns, centenas de milhar de deslocados, problemas de acolhimento de populações, de assistência alimentar e sanitária.

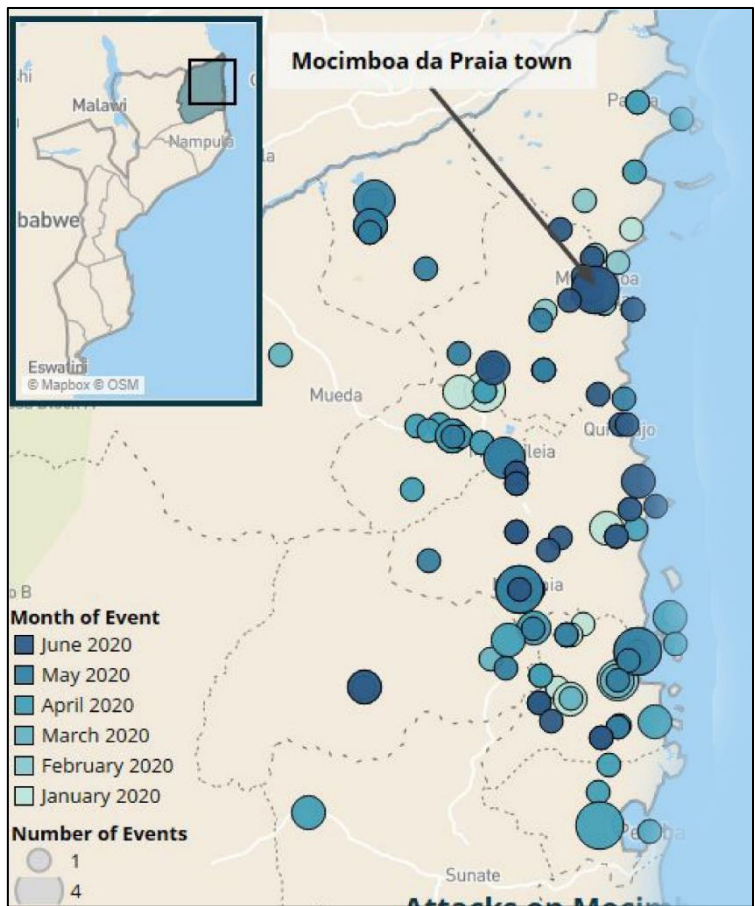
Finalmente, a partir da experiência histórica, reflecte-se acerca da eficácia da estratégia de contra-insurgência em curso, propondo-se caminhos conducentes a uma maior inclusão económica e justiça social.

1. DINÂMICAS DOS ATAQUES E RELAÇÕES COM A POPULAÇÃO

1.1. As zonas atacadas

A partir de Março de 2020 assistiu-se a uma intensificação da violência de grupos armados em Cabo Delgado, particularmente com o ataque e ocupação de quatro sedes distritais – nomeadamente nos municípios de Mocímboa da Praia (em Março e Junho), de Macomia, e vilas sedes dos distritos de Muidumbe e Quissanga (em Abril) –, com o alastramento das operações para Sul (atingindo o Norte de Metuge) e para o interior (com intensificação de ataques nos distritos de Nangade, mas também em Mueda ou Meluco). O Nordeste do distrito de Palma, nomeadamente as zonas dos grandes projectos, permanece inatacada (ver mapa 1).

Mapa 1: Localização dos ataques na província de Cabo Delgado ao longo do ano de 2020



Fonte: ACLED (30.06: 2020: 7)

Se nos anos ataques realizados nos anos anteriores, as operações foram desencadeadas de forma rudimentar, com recurso a catanas e algumas *kalashnikovs*, com o tempo, os insurgentes foram demonstrando maior capacidade, em homens e equipamentos, para efectuar operações de maior envergadura. De ataques a aldeias isoladas, queimando casas, executando quem se lhes opunha e roubando lojas comerciais, com as armas capturadas às forças de segurança, o grupo de rebeldes passou a representar uma maior ameaça, existindo receios de um possível ataque à cidade de Mueda ou mesmo Pemba (Smith, 30.05.2020). Não obstante o grupo ter controlado, durante várias semanas, uma vasta área do litoral de Cabo Delgado, compreendida entre os distritos de Macomia e de Mocímboa da Praia – incluindo estradas e acesso ao mar (Hanlon, 2000: 6) –, a realidade é que continua a optar por táticas de ataque e fuga. De acordo com os relatos, os grupos armados operam de surpresa e durante a madrugada, utilizando uniformes, material bélico das forças de segurança, transportando-se, inclusive, em veículos militares capturados. Numa clara continuidade com as estratégias de guerrilha utilizadas pela Renamo, são raptadas dezenas ou centenas de mulheres e jovens.

1.2. Os alvos escolhidos

Os relatos demonstram que os ataques incidem, sobretudo, sobre seguintes alvos:

Em **primeiro lugar**, sobre símbolos do Estado, nomeadamente repartições do governo (edifícios da administração do distrito e secretarias distritais), instalações da PRM ou quartéis militares (onde hasteiam a bandeira do Estado Islâmico e se deixam fotografar), mas também escolas e unidades sanitárias. Neste campo, os funcionários e agentes do Estado, particularmente membros das Forças de Defesa e Segurança - FDS (onde se incluem os membros da Polícia da República de Moçambique, da Unidade de Intervenção Rápida ou da Forças Armadas de Moçambique), mas também da administração do distrito, constituem alvos privilegiados.

Em **segundo lugar**, os ataques visam unidades económicas, nomeadamente bancos, lojas comerciais, oficinas, barracas ou autocarros de passageiros. Conotados com o governo de Moçambique, os armazéns do Programa Mundial de Alimentos (PMA) não foram poupados. Diversas lojas contendo produtos alimentares e outros bens, incluindo colchões, foram pilhadas. Em diversos locais, como em Mocímboa da Praia e Quissanga, registam-se relatos de distribuição de bens roubados pela população.

Em **terceiro lugar**, as residências das populações constituem alvos frequentes, ainda que de forma mais irregular. Os ataques às vilas sede dos distritos de Macomia ou Quissanga, por exemplo, traduziram-se no roubo e destruição generalizada de residências. De acordo com relatos, nos ataques a Mocímboa da Praia (a 27 de Junho de 2020), as residências no bairro 30 de Junho (onde a população maconde e funcionários públicos estão sobre-representados) foram particularmente visadas pelos insurgentes. Ainda que sejam feitas destruições indiscriminadamente, são frequentemente mencionadas residências de indivíduos economicamente abastados (comerciantes) ou politicamente alinhados com o partido no poder.

Em **quarto lugar**, são assassinadas populações civis, frequentemente através de esquadramento e mutilações. Em Xitaxi, no distrito de Muidumbe, ficou célebre o assassinato de 52 indivíduos, alegadamente porque não cooperaram com os insurgentes, e o esquadramento de 14 jovens em Naposa no distrito de Quissanga, entre inúmeros outros massacres. Os relatos enfatizam o assassinato de todos aqueles que apresentam resistência, indivíduos alcoolizados, trajando camisetas com a imagem do Presidente da República ou membros do partido Frelimo. Conscientes que constituem alvos privilegiados, os funcionários públicos abandonaram os locais de trabalho e demonstram resistência em regressar. A realidade é que, entre as vítimas, contam-se indivíduos ricos e pobres, cristãos e muçulmanos, simpatizantes da Frelimo e de partidos da oposição, pelo que é difícil perceber uma coerência no critério de escolha dos alvos. Constata-se, ainda, muitos raptos de jovens do sexo masculino e de mulheres. De acordo com os relatos dos que conseguiram escapar ao cativeiro, as vítimas são envolvidas em actividades logísticas e militares ou como escravas sexuais. Os que resistem são assassinados. Apesar de instalações da Igreja Católica terem sido atacadas, nomeadamente em Macomia, em Mocímboa da Praia ou em Nangololo, a Diocese de Pemba refuta a existência de um conflito religioso (Issufo, 24.04.2020).

O comportamento dos insurgentes nos ataques às vilas sede de Mocímboa, Macomia e Quissanga demonstra uma tentativa de conquista do apoio da população. No ataque a Mocímboa da Praia,

em Abril de 2020, os insurgentes distribuíram pela população bens e valores monetários roubados. Em Quissanga foi saqueado um armazém do PMA, e distribuídos pela população os alimentos roubados. Os relatos dão conta que, em Mocímboa da Praia, os insurgentes direccionaram as populações para as mesquitas, rezando em conjunto, paradoxalmente nas mesmas contra as quais se haviam insurgido.

1.3. Mensagens deixadas

Recorrentemente, antes de abandonarem os locais, os insurgentes anunciam o regresso em tom intimidatório. Os constantes rumores de ataques (sobretudo no âmbito da celebração do Ide) ou de regressos para realização de comícios, reflectem o sentimento de ameaça e de receio das populações. Os grupos referem que estão contra a corrupção do governo e das instituições do Estado, apresentando-se como purificadores do sistema e alternativa a um regime imoral e injusto. Apresentam-se contra os exploradores das riquezas locais, a quem acusam de maltratar a população local (mensagem deixada em Mocímboa da Praia, a 25 de Junho de 2020).

Os indivíduos dos grupos armados expressam-se em diversas línguas, entre as quais swaili, muani, mas também *emacua* e *shimakonde*. Os indivíduos que escapam ao cativeiro são unânimes em considerar que, entre os insurgentes, os muanis são majoritários, com presença de elementos estrangeiros, oriundos da Tanzânia ou do Quênia.

1.4. Os papéis da população

No nordeste de Cabo Delgado verifica-se uma desconfiança generalizada dos cidadãos, entre familiares, vizinhos e amigos, suspeitando-se de envolvimento com o grupo de insurgentes, em termos de fornecimento de apoio logístico e de recrutamento de jovens, mas também de fornecimento de informações sobre o movimento das FDS. O facto de muitos indivíduos permanecerem em zonas de forte penetração dos insurgentes reforça a desconfiança relativamente à respectiva colaboração. Os sucessos que o grupo obteve no ataque a algumas vilas sede (sobretudo pela acção de distribuição de dinheiro e produtos alimentares saqueados) favoreceu o recrutamento local de novos membros, não só através de amigos e redes informais nos distritos de Mocímboa da Praia e Macomia, mas também mais a Sul, incluindo no litoral da província de Nampula. Esta capacidade de recrutamento traduziu-se num considerável aumento do número de membros, de cerca de 50 militares para uma força armada de aproximadamente 300 indivíduos, incluindo desertores do exército (Hanlon, 2020: 5-6). Considerando os inúmeros relatos de jovens raptados e de insurgentes capturados, assim como a capacidade de operação em vários pontos da província, admite-se que o número de insurgentes possa ser superior.

O medo e a ameaça não deixam de constituir um mecanismo de fidelização forçada. Ainda que existam relatos da população que denuncia os insurgentes, o receio de represálias leva muitos indivíduos a cooperar. Em Macomia verificam-se relatos de insurgentes que, escapando aos ataques das Forças de Defesa e Segurança, se vestiram à civil e se misturaram com as populações em fuga, sem que estas os tivessem denunciado. Rugsas policiais realizadas no litoral de Mocímboa da Praia e Macomia terminam com a descoberta de armas em várias residências.

Diferentemente, no planalto Maconde (Muidumbe e Nangade) formam-se milícias de populares, compostas por jovens e por antigos combatentes, com o objectivo de defender o território. Apesar de terem acesso a armas, durante os confrontos verificados no distrito de Muidumbe estes indivíduos demonstram-se impotentes perante o poder bélico inimigo, recuando frequentemente perante os ataques.

2. A REACÇÃO DAS FORÇAS DE DEFESA E SEGURANÇA

2.1. Da perda de iniciativa combativa...

Num cenário de dispersão dos ataques e de guerrilha, as FDS demonstram dificuldade de protecção das populações e de captura dos insurgentes. Ao longo do primeiro semestre de 2020, as forças armadas foram sofrendo diversos reveses e situações embaraçosas, inclusive o ataque e ocupação do quartel militar em Mocímboa da Praia, expondo uma situação de grande fragilidade.

Apesar de populares terem testemunhado a existência de inúmeros cadáveres de membros das FDS, não existe uma divulgação oficial do número de baixas. Durante os meses de Abril e Maio, proliferaram relatos de deserção e adesão aos grupos de insurgentes. Nas redes sociais, particularmente no grupo Pinnacle News, várias famílias perguntam pelo paradeiro dos respectivos familiares, alegadamente desaparecidos há várias semanas.

A maior prontidão combativa revelada por membros da Unidade de Intervenção Rápida, contrasta com a maior desmotivação das unidades regulares do exército. Se é verdade que muitos se mantêm firmes nos postos de combate, durante os ataques a Mocímboa da Praia, Macomia, Muidumbe ou Quissanga assistiu-se à fuga de elementos das forças de segurança, juntamente com as próprias populações, abandonando a farda e vestindo-se à civil (Issufo, 07.04.2020). Inúmeros relatos referem que, depois de serem atacados em postos avançados, os militares abandonam os locais, deixando as populações desprotegidas, aumentando a descrença das populações na capacidade das forças de segurança. A dispersão dos ataques ao longo de uma vasta área impossibilita a resposta atempada das forças de segurança.

Militares em zonas avançadas transportam consigo telemóveis (dispersando a concentração e expondo-se ao inimigo), partilhando vídeos que se tornam virais nas redes sociais, onde denunciam a falta de meios de combate e de apoio logístico, ou questionando o sentido do conflito armado. Proliferam queixas de militares relativamente à falta de meios de transporte e de apoio alimentar, assistência médica ou seguro de vida, por contraste com o bem-estar de oficiais de elevada patente. No seio das próprias FDS existem relatos de tensões internas, resultantes do acesso a logística, a promoções para cargos de comando e comissões em negócios de guerra (Africa Monitor, 12.06.2020). A mesma análise dá conta de uma tensão entre elementos do Ministério da Defesa e do Ministério do Interior, em que aqueles vêm assumindo uma posição subordinada.

2.2. ... à contra-ofensiva militar

Após a realização de ataques no distrito de Quissanga e a Norte de Metuge, a cerca de 50 km da cidade de Pemba, e perante rumores de presença de grupos violentos no distrito de Mecúfi, aumentou o sentimento de vulnerabilidade da população da capital provincial. Em resposta, entrou em cena a empresa de segurança Dyck Advisory Group (DAG), que passou a conferir apoio aéreo às FDS, com recurso a helicópteros de combate. As notícias foram dando conta da recuperação da iniciativa das FDS ao longo do mês de Junho, empurrando os rebeldes para Norte, desencadeando-se inúmeras perseguições pelas matas, por aldeias e bairros, capturando indivíduos armados e apreendendo equipamento bélico (Zitamar News, 22.05.2020). Os relatos dão conta de rusgas realizadas em diversas residências na costa de Macomia e de Mocímboa da Praia, incluindo dentro do próprio município, em particular no bairro Milamba (maioritariamente muani), onde foi capturado diverso armamento. Paralelamente, foi sensível uma maior preocupação por parte do Governo relativamente à moral dos militares, prometendo-se a melhoria de apoios (Lusa, 17.06.2020).

Não obstante a contra-ofensiva militar desencadeada pelo Governo, os insurgentes demonstraram capacidade de comunicação e de reorganização, conduzindo um ataque a Mocímboa da Praia na madrugada de 27 de Junho. As acções de contra-insurgência que o governo implementou contra civis de Mocímboa da Praia de 17 a 26 de Junho foram tão brutais, que várias fontes descreveram o ataque como uma resposta directa à violência do governo (ACLED, 30.06.2020: 2).

2.3. Oportunismo e violência sobre civis

Os baixos salários dos agentes de defesa e segurança e os problemas logísticos enfrentados, o *stress* resultante do sentimento de incerteza, a cultura de violência e de frequente impunidade, a ausência de sentido institucional reúnem um terreno fértil para atitudes de oportunismo de agentes de defesa e segurança. Os abusos de autoridade intensificaram-se com a declaração de Estado de Emergência. São inúmeros os relatos de membros das Forças de Defesa e de Segurança realizando *operações stop*, exigindo guias de marcha impossíveis de obter em contexto de conflito, documentos de identificação a populações fugidas de ataques com vista a extorquir valores monetários. Comerciantes, que transportavam consigo quantias avultadas para aquisição de mercadorias, relatam ter sido acusados de patrocínio de insurgentes, vítimas de chantagem, ameaça e extorsão. De acordo com os relatos de testemunhas oculares, durante e após os ataques e retirando partido da debandada geral, registaram-se roubos a residências e lojas comerciais, protagonizados por insurgentes, por vizinhos, mas também pelas próprias forças de segurança, num cenário descrito de "anarquia total" (Redacção, 06.07.2020). Populações refugiadas em Pemba, oriundas dos distritos de Mocímboa da Praia, Macomia ou Quissanga, difundem histórias de violência protagonizada pelas FDS, nomeadamente agressões a civis, assassinatos, prisões arbitrárias, chantagem e extorsão de valores monetários para posterior libertação.

Conscientes da existência de uma base social de apoio junto de populações do litoral, a desconfiança dos militares é evidente nos distritos da costa, assim como em bairros do município de Pemba, particularmente naqueles onde se vêem refugiando inúmeros indivíduos de zonas atacadas, de maior concentração de jovens muçulmanos sem ocupação profissional ou de

mesquitas (como Paquitequete, Cariacó, Chuiba, Muchara, Ingone ou Maringanha). Populações fugidas de Quissanga queixam-se de inúmeras sevícias provocadas pelos militares a todos os elementos suspeitos, incluindo espancamento e assassinato de indivíduos a quem foram distribuídos produtos alimentares roubados, durante o ataque à vila sede. A 26 de Junho, moradores do bairro de Milamba encontraram os cadáveres de 26 indivíduos, identificados como civis que haviam sido presos nas noites anteriores pela polícia. Os corpos foram descobertos perto do rio Quinhevo, a poucos quilómetros do centro da cidade de Mocímboa da Praia (ACLED, 2020: 2). Pelas redes sociais circularam vídeos, filmados pelos próprios agentes das FDS, em que militares chamboqueiam indivíduos capturados, ou em que cadáveres de inimigos são expostos e ultrajados. As imagens e vídeos que circulam dão ideia do aumento da escalada de violência do conflito, assim como da situação de stress dos operacionais no terreno.

Em virtude do Estado de Emergência e do excesso de zelo das Forças de Segurança, após o anoitecer, a cidade de Pemba está praticamente deserta. Paralelamente, mantém-se um *blackout* informativo, intimidando-se, prendendo-se e agredindo-se jornalistas, promovendo-se uma cultura de medo, com vista a esconder as dificuldades das FDS em lidar com a situação. Todos estes excessos reforçam a desconfiança das populações em relação às forças de segurança e ao poder central, aumentando ressentimentos e potenciando o alargamento da base de recrutamento de jovens descontentes.

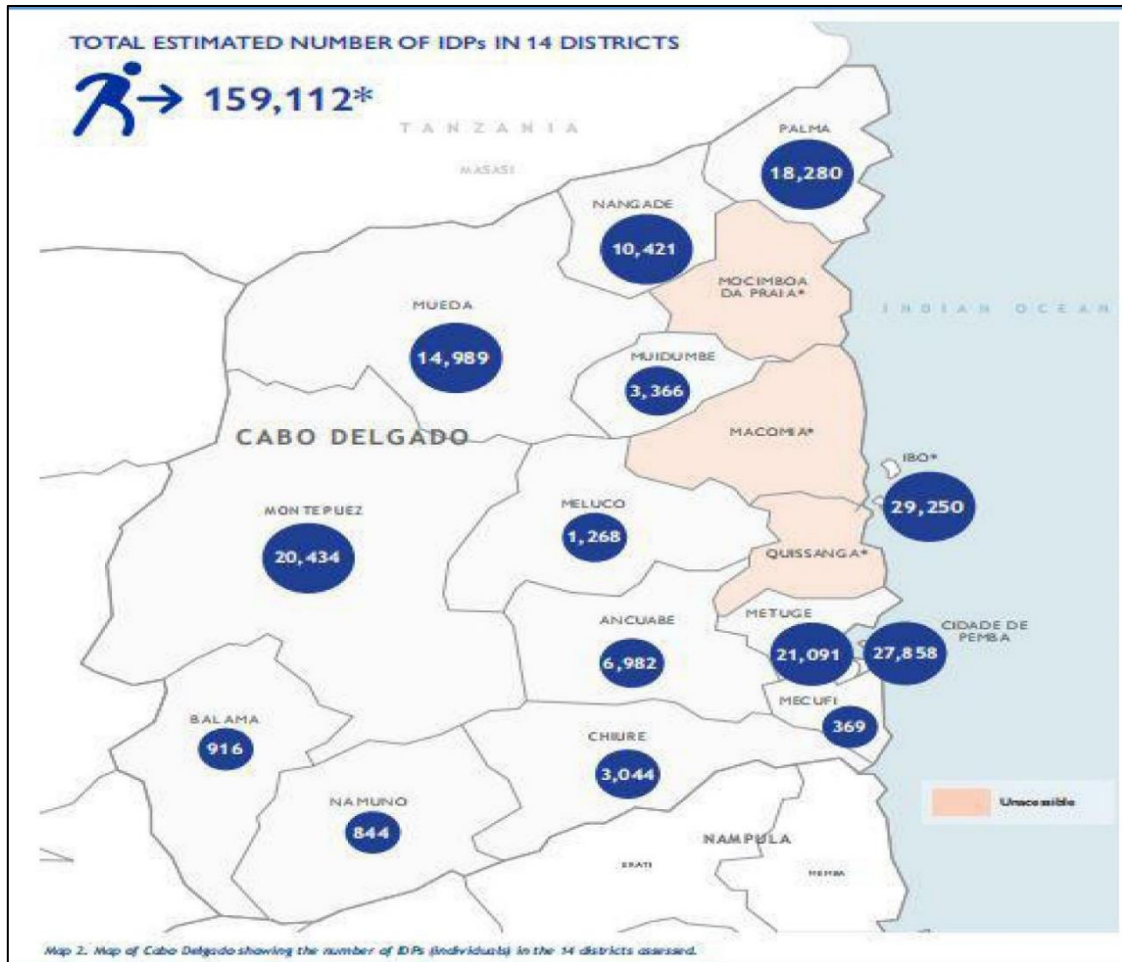
Os relatos deste tipo de desmandos diminuíram na zona de planalto, não só pela maior capacidade de auto-organização, vigilância e protecção da população, mas também pela sua maior capacidade defensiva perante situações de ameaça externa, quer por parte de insurgentes, quer por parte dos próprios militares.

3. CONSEQUÊNCIAS DOS ATAQUES: UM DRAMA HUMANITÁRIO

3.1. Movimentos populacionais

A partir de Março de 2020, com o acentuar dos ataques dos insurgentes às vilas sede dos distritos de Mocímboa da Praia, Macomia, Quissanga e Muidumbe, intensificaram-se os movimentos migratórios, com milhares de famílias refugiando-se mais para Sul (para Pemba, Metuge e Namialo) e para o interior (Mueda e Montepuez) ou para a Ilha do Ibo. Muitos chefes de família no Nordeste de Cabo Delgado procederam ao envio mulheres e crianças para locais seguros. De cerca de 100.000 deslocados em Fevereiro de 2020 (dados do ACNUR cf. Schlein, 09.02.2020), o número aumentou para 172.186 em Abril e para 211.485 em Maio (dados da IOM), o que corresponde a cerca de 10% da população da província. Se contabilizarmos as populações temporariamente escondidas nas matas, em redor do local de residência, o número será bastante superior.

Mapa 2: Estimativa de população deslocada em 14 distritos de Cabo Delgado



Fonte: Dados fornecidos pelos governos locais, sintetizados pela IOM

As migrações são feitas por via marítima, em pequenos barcos, sobrelotados de passageiros, desembarcando no Ibo, em Pemba ou na Tanzânia, ou via terrestre, obrigando frequentemente à utilização da via de Mueda para Montepuez, de forma a contornar as zonas de ataque. Os movimentos populacionais estão resumidos no mapa 3:

Mapa 3: Representação dos movimentos de populações refugiadas do conflito militar



3.2. Acomodação de populações deslocadas

Em Mueda, Montepuez, Pemba ou no Ibo, milhares de indivíduos deslocados acomodam-se em casa de familiares, conhecidos ou amigos, onde, em pequenas dependências, passam a coexistir várias famílias, pernoitando em varandas e quintais, expostos a mosquitos e vulneráveis à malária. Os que não dispõem dessa possibilidade, aglomeram-se em escolas primárias, acantonando-se no átrio ou em salas de aula. Em Metuge foram improvisados vários centros de acolhimento, concentrando-se inúmeras famílias na mesma tenda, sem máscaras e instrumentos de protecção, e expostos ao contágio de doenças respiratórias;

3.3. Acesso a água e saneamento

A elevada concentração populacional exerce pressão sobre os sistemas de saneamento. Em centros de acomodação verificam-se rácios de 1 latrina para mais de 30 famílias, o que se traduz em fenómenos de fecalismo a céu aberto, traduzindo-se num aumento de casos de diarreias e de cólera.

3.4. Segurança alimentar

O processo de distribuição alimentar tem sido realizado pelo PMA e por organizações da sociedade civil, com destaque para organizações religiosas, católicas e islâmicas. O processo de distribuição alimentar é realizado mediante a apresentação de listas dos indivíduos necessitados, elaboradas pelos líderes locais, onde não faltam nomes fictícios e tentativas de desvio de

alimentos, gerando-se conflitos entre a população, as estruturas locais e as organizações que promovem a assistência alimentar.

A insegurança que se verifica em Quissanga, Mocímboa da Praia e Macomia (onde se registaram, inclusivamente, ataques a armazéns de alimentos) dificulta a acção das organizações de assistência alimentar, pelo que os técnicos são frequentemente retirados dos locais, em prejuízo da população. Por motivos de insegurança, o PMA suspendeu a sua presença nos distritos de Palma, Mocímboa, Macomia, Quissanga, Muidumbe e Mueda, estando presente em Montepuez Metuge, Pemba, Ancuabe e Chiure. Não se verifica assistência externa à Ilha do Ibo, onde se concentra o maior número de deslocados (mapa 2) e que ainda não se refez da destruição do ciclone Kenneth. Membros seniores de Organizações das Nações Unidas operando no terreno, com experiência em desastres humanitários noutras zonas do Globo, referem que a falta de atenção internacional para os efeitos do Kenneth constitui um escândalo de dimensões internacionais.

Num cenário de escassez de alimentos e de aumento dos preços, as populações residentes nas zonas de conflito recorrem a diferentes estratégias de sobrevivência. Testemunhas oculares referem o envolvimento de mulheres na procura de raízes (como inhame, na língua local) para consumo ou venda (nomeadamente em Mocímboa da Praia) ou na venda de mandaze (espécie de arrofadas, em Mocímboa e Macomia), ou mesmo prostituição (Macomia e Pemba). Crianças são envolvidas na venda de ovos ou de água, entre outros produtos, para sobrevivência. Nas zonas de planalto, nomeadamente em Nangande e Muidumbe, populações deslocadas procuram por pequenos biscates nas machambas locais.

3.5. Acesso à saúde

O acesso à saúde é dificultado pela destruição, parcial ou total, de unidades sanitárias (sobretudo nos distritos da costa), mas também pela fuga dos próprios técnicos afectos ao serviço nacional de saúde, alvos frequentes dos insurgentes. Num comunicado de 6 de Junho de 2020, os Médicos Sem Fronteiras anunciaram a fuga de 27 profissionais de Macomia, na sequência do ataque à vila sede, depois de já se terem retirado de Mocímboa da Praia, em Março do mesmo ano. A situação interrompeu tratamentos de malária, cólera, HIV e tuberculose ou ferimentos resultantes dos combates.

4. DA EXPERIÊNCIA DO PASSADO À INTERVENÇÃO NO PRESENTE: REPENSAR A ESTRATÉGIA DE ACTUAÇÃO EM CABO DELGADO

Um dos objectivos do ensino de História relaciona-se com a aprendizagem das experiências e dos erros do passado, com vista a prevenir a sua repetição no presente. As evidências históricas demonstram que, nos últimos 56 anos, Moçambique experimentou 31 anos de conflito militar. Entre 1964 e 1974, a guerra de libertação nacional eclodiu no Norte de Cabo Delgado, expandindo-se para a província de Niassa e, mais tarde, para Tete, Manica e Sofala. Entre 1977 e 1992, a Renamo começou por realizar ataques em Manica e Sofala, alastrando o seu raio de actuação, já na década de 1980, por todo o território nacional. Entre 2014 e 2016, a Renamo voltou a operar na zona centro de Moçambique. Desde Outubro de 2017, jovens armados

realizam ataques no Norte de Cabo Delgado, tendo sido registados incidentes violentos em nove distritos.

A história contemporânea de Moçambique demonstra que os períodos de forte penetração capitalista (implementação de culturas e trabalho obrigatório nas décadas de 1940 e 1950; forte investimento na indústria extractiva na última década), ou de implementação coerciva de grandes projectos modernizadores de forma *top down* foram geradores de exclusão e de desigualdades, despoletando profundos ressentimentos sociais.

4.1. Contradições internas e apoios externos – a receita histórica para a insurgência

A história demonstra-se que todos os movimentos rebeldes tiveram, no seu início, relações com o exterior. A Frelimo obteve forte apoio da Tanzânia – incentivando a unificação dos vários movimentos de libertação, possibilitando a criação de bases militares, de treino militar ou de acções de propaganda (emissões da rádio Voz da Frelimo) e de actuação militar a partir do seu território –, mas também da Argélia e da China, da URSS ou dos Estados Unidos (em treino militar, fornecimento de material bélico ou de valores monetários), entre outros.

Da mesma forma, a Renamo obteve um forte apoio dos serviços secretos rodesianos e de ex-membros da PIDE, quer ao nível da constituição do que se chamou de Mozambican National Resistance, de fornecimento de treino e equipamento militar ou de emissão de propaganda (por exemplo através da rádio Voz da África Livre, transmitida a partir da Rodésia para Moçambique) e, mais tarde, da África do Sul (em equipamento militar).

Por sua vez, o Ansar al-Sunna contou com a influência de líderes rebeldes, muitos dos quais procurados na Tanzânia, no Quênia ou na Somália, como uma acção decisiva ao nível da difusão da doutrinação, fornecimento e difusão de material de propaganda, recrutamento a partir do exterior e treino militar.

Em todas as situações, Moçambique esteve no centro de interesses geo-estratégicos internacionais. Não obstante os apoios externos, todos estes movimentos foram hábeis na capitalização a seu favor dos descontentamentos locais, particularmente em zonas marcadas por décadas de pobreza e exclusão, de violência ou de expectativas frustradas, onde construíram uma importante base social de apoio.

4.2. A cassete do inimigo externo para justificação de contradições internas

Repetidamente, ignorando fenómenos de pobreza, diferenciação e exclusão social, os discursos oficiais recorreram a factores externos para justificar conflitos internos:

- i) Apesar da existência de informação acerca do descontentamento das populações camponesas do planalto maconde (Dias, 1964), nos seus discursos oficiais, o Governo colonial optou pela desmoçambicanização do conflito, apelidando os guerrilheiros da Frelimo de tanzanianos, manipulados por russos e chineses;
- ii) Durante a guerra dos 16 anos, não obstante o descontentamento de inúmeras franjas do campesinato em relação aos projectos de socialização do campo (CEA, 1983; Casal, 1988; Geffray, 1990), politicamente capitalizado pela Renamo, este movimento de guerrilha foi oficialmente representado como um simples instrumento de agressão das forças externas do *apartheid*.

iii) Na actualidade, apesar das diversas análises sobre violência e exclusão social, no âmbito do processo de implementação da indústria extractiva no Norte de Cabo Delgado (Siteo e Queface, 2015, Velasco, 2017; Maquenzi e Feijó, 2019; Feijó e Maquenzi, 2019;), o Conselho Nacional de Defesa e Segurança (Manhiça, 24.04.2020) enfatiza a tese da agressão externa, pelo facto de a autoria dos ataques que se registam em alguns distritos de Cabo Delgado estar a ser reivindicada pelo auto proclamado Estado Islâmico. Chichava (2020) descreve a forma como o "*inimigo que ataca Cabo Delgado*" tem sido identificado pelo Governo de Moçambique, evoluindo de um "*grupo constituído por indivíduos (estrangeiros e moçambicanos) que tem como objectivo, instalar um Estado Islâmico em Moçambique*", para "*'estrangeiros' oriundos da Tanzânia e República Democrática do Congo (RDC), que tinham sido expulsos das minas de rubi*", para "*grupos de empresários moçambicanos residentes na Beira*" e, finalmente, "*congoleses, que recrutavam e treinavam moçambicanos na RDC para fazer guerra em Moçambique*". Uma vez mais, os posicionamentos dos órgãos centrais ignoram fenómenos históricos de marginalização de populações locais pelo Estado, com as qual entram em ruptura. Em todas as latitudes geográficas, a enfatização (e recriação) de um inimigo externo detém um enorme potencial de cobertura e desculpabilização de contradições internas, constituindo uma estratégia política recorrente por parte do *status quo*.

4.3. Lucrativos negócios securitários – quando a reprodução do conflito se torna funcional

A canalização do orçamento de Estado para a defesa e segurança alimentou negócios inúmeros negócios de guerra:

i) No tempo colonial inúmeros operadores privados lucraram com o esforço de guerra, no fornecimento de logística.

ii) Durante a guerra dos 16 anos, o jornalista Carlos Cardoso relatou a existência de "*milhares de «soldados-fantasmas» que nunca existiram (ou morreram) [no exército governamental] e cujos salários [bem como ração e suprimentos] eram embolsados por oficiais corruptos*", bem como esquemas de roubo de "*toneladas de combustível*" na base aérea de Maputo, para venda no mercado negro. Em 1993, Dirk Solomons, Director Executivo da ONUMOZ, confidenciou a Cardoso que "*alguns oficiais que se tinham apropriado duma grande fatia do orçamento militar viam o sucesso do acordo de paz como um abalo nas oportunidades para a corrupção*", estando por isso a planear um golpe de Estado (Fauvet *et al.*, 1997: 321-327).

iii) Na sua edição de 11 de Março de 2020, o Canal de Moçambique denunciou um esquema em que valores monetários dirigidos, supostamente, para reforço de condições salariais dos soldados no terreno, foram canalizados para as contas pessoais de ministros nas áreas da defesa e do interior. O Africa Monitor (12.06.2020: 1) refere a existência de expectativas de ganhos económicos com a contratação de empresas militares privadas que apoiam as FDS. Empresas de segurança russas, norte-americanas e sul-africanas concorrem entre si para prestação de serviços no Norte de Cabo Delgado.

O conflito torna-se funcional, explicando, de alguma forma, a histórica relutância das sucessivas lideranças do Estado em construir espaços de diálogo e de negociação com outras forças sociais.

4.4. Do Estado militarizado à violência como forma possível de participação social

A inexistência de espaços de exercício da cidadania reforça a convicção de que o roubo ou a violência constituem possíveis formas de participação. A situação termina num amplo drama humanitário, caracterizado por recorrentes deslocamentos forçados, massacres e valas comuns (Wiriamo, Inhaminga, Canda, Mocímboa da Praia, etc.), vinganças e ressentimentos, em claro prejuízo da unidade nacional. Marcada pela indisciplina, pela ausência de sentido institucional e pelo oportunismo, as actuais FDS não constituirão parte da solução, mas parte do problema.

A insistência do poder em soluções militares para enfrentar movimentos de guerrilha traduz-se no envio de milhares de jovens para a frente de combate, de forma compulsiva e violenta, frequentemente impreparados e enfrentando no terreno uma realidade hostil e desconhecida. Invariavelmente, sentindo-se traídos pelas populações locais e sob *stress* de combate, os militares sujeitam-nas a sevícias, realimentando, entre os civis, sentimentos de injustiça, assim como a base social de recrutamento de jovens para os grupos de insurgentes, despolindo vinganças.

4.5. Algumas propostas para inverter o ciclo da violência

Perante este impasse, chama-se a atenção para um conjunto de aspectos em torno dos quais importa reflectir:

- a) **Inversão das formas de acumulação do capital**, de um modelo económico extractivista e rendeiro, com pouca relação com o tecido económico local, não produtor de empregos locais, gerador de assimetrias e de frustração de expectativas sociais;
- b) **Investigação sobre as contradições socioeconómicas internas**, de longa duração, geradoras de ressentimentos históricos das populações contra o poder central, habilmente capitalizadas por grupos (internos e externos) populistas radicais e violentos. Importa promover uma análise de discursos e representações sociais dominantes, que enfatizam o enriquecimento oportunista e imoral dos líderes, em cenários marcados pela corrupção e nepotismo, à custa da exploração dos recursos naturais e dos recursos do Estado, em prejuízo dos locais.
- c) **Valorização económica, simbólica e cultural dos povos**, procurando inverter a ideia dominante de sub-representação dos muçulmanos da costa no acesso a recursos públicos, nomeadamente empregos no Estado, pensões de antigo combatente, subsídios ou licenças de exploração de recursos naturais (Feijó, 2020). Importa rever a própria historiografia moçambicana, reconhecendo o papel dos grupos mwani durante a luta de libertação, a respectiva experiência nas mãos da PIDE (Alpers, 1999: 175; Macagno, 2006: 184), com impactos na toponímia de ruas ou estabelecimentos públicos ou na edificação de monumentos alusivos. Importa promover espaços de relacionamento intercultural, entre eventos culturais e recreativos.
- d) **Repensar a estratégia militar**, promovendo melhores condições logísticas e de recompensa, formação em matérias de direitos humanos e amplo envolvimento da engenharia militar e corpo médico, na construção de infraestruturas locais como furos de água, latrinas, escolas e centros de saúde. A população local precisa de sentir que o Governo tem capacidade para garantir o fornecimento de bens e serviços na região.
- e) **Mudança do discurso oficial**, denunciando e condenando publicamente injustiças, atitudes de oportunismo e abusos de autoridade protagonizados por forças de segurança e

demonstrando a intenção de lhe pôr cobro, reforçando as condições de trabalho do judiciário e dos tribunais.

- f) **Multiplicação de parceiros e de aliados**, incluindo organizações da sociedade civil locais, organizações de pesquisa, forças de segurança, de inteligência, organizações religiosas, de intervenção comunitária, multinacionais, com vista a proporcionar espaços de participação, recolhendo diferentes sensibilidades e informações, assim como capital para a promoção de pequenos negócios locais. Amplo investimento público na região, em escolas e ensino técnico, em centros de saúde, vias de acesso e electrificação rural.

BIBLIOGRAFIA

ACLED (30.06.2020) "Cabo Delgado weekly: 22-28 June". Zitamar News, ACLED e Media Fax, disponível em https://acleddata.com/acleddatanew/wp-content/uploads/2020/06/Cabo-Ligado-Weekly_-22-28-June.pdf, acesso a 01.07.2020.

AFRICA MONITOR (12.06.2020) "Chefias militares contestam Nyusi por gestão de conflito em Cabo Delgado" in *Africa Monitor*, 1252, pp. 1-4.

ALPERS, Edward (1999) "Islam in the Service of Colonialism? Portuguese Strategy during the Armed Liberation Struggle in Mozambique" in *Lusotopie*, 6, pp. 163-184.

CASAL, Adolfo Yáñez (1988) "A crise da produção familiar e as aldeias comunais em Moçambique" in *Revista Internacional de Estudos Africanos*, nº 8-9, pp. 157-191.

CEA – Centro de Estudos Africanos (1983) Organizar os trabalhadores nas machambas estatais: o caso do CAIA – relatório nº 83/1. Maputo: Centro de Estudos Africanos

CHICHAVA, Sérgio (2020) "Quem é o 'inimigo' que ataca Cabo Delgado? Breve apresentação das hipóteses do Governo Moçambicano" in *Ideias*, 127, pp. 1-2.

DIAS, Jorge (1964) Os Macondes de Moçambique I – aspectos históricos e económicos. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.

FEIJÓ, João (2020) "Assimetrias no acesso ao Estado: um terreno fértil para a penetração do Jihadismo Islâmico?" in *Observador Rural*, 93, disponível em <https://omrmz.org/omrweb/wp-content/uploads/Observador-Rural-93-Assimetrias-no-acesso-ao-Estado.pdf>.

FEIJÓ, João e Maquenzi, Jerry (2019) "Indemnities in Namanhumbir: Resolving conflicts with more conflicts" in *Destaque Rural*, 72, disponível em <https://omrmz.org/omrweb/wp-content/uploads/DR-72-Indemniza%C3%A7%C3%B5es-em-Namanhumbir.pdf>, acesso a 03.07.2020.

FORQUILHA, Salvador e PEREIRA, João (04.05.2020) "Face ao conflito no Norte, o que Moçambique pode aprender da sua própria guerra civil (1976-1992)? Uma análise das dinâmicas da insurgência em Cabo Delgado" in *Ideias*, 130, disponível em http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2020/05/ideias-130_SFJP.pdf, acesso a 02.07.2020.

GEFFRAY, Christian (1990) *La Cause des Armes au Mozambique. Anthropologie d'une Guerre Civile*. Paris: Karthala

ISSUFO, Nádía (07.04.2020) "Ataques em Cabo Delgado: Soldados 'fogem com medo' dos insurgentes" in *DW*, disponível em <https://www.dw.com/pt-002/ataques-em-cabo-delgado-soldados-fogem-com-medo-dos-insurgentes/a-53050810>, acesso a 02.07.2020.

ISSUFO, Nádía (24.04.2020) "Cabo Delgado: 'não há nenhum risco de conflitos inter-religiosos', diz Bispo de Pemba" in *DW*, disponível em <https://www.dw.com/pt-002/cabo-delgado-n%C3%A3o-h%C3%A1-nenhum-risco-de-conflitos-inter-religiosos-diz-bispo-de-pemba/a-53228104>, acesso a 02.07.2020.

LUSA (17.06.2020) Nyusi anuncia subsídio a jovens militares que combatem grupos armados em Cabo Delgado" in *Carta de Moçambique*, disponível em <https://cartamz.com/index.php/politica/item/5400-nyusi-anuncia-subsidio-a-jovens-militares-que-combatem-grupos-armados-em-cabo-delgado>, acesso a 02.07.2020

MACAGNO, Lorenzo (2006) *Os Outros Muçulmanos – Islão e Narrativas Coloniais*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

MANHIÇA, Lázaro (24.04.2020) "Situação em Cabo Delgado: Estamos sob agressão externa" in *Notícias online*, disponível em <https://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/2018-05-04-10-20-41/96784-situacao-em-cabo-delgado-estamos-sob-agressao-externa>, acesso a 02.07.2020.

MAQUENZI, Jerry e FEIJÓ, João (2019) "A maldição dos recursos naturais – mineração artesanal e conflitualidade em Namanhumbir" in João Feijó (Org) *Tensões e Conflitos Sociais no Campo – estudos de caso em Moçambique*. Maputo: Escolar Editora, pp.143-168.

MSF (05.06.2020) *Moçambique: violência irrompe em Cabo Delgado forçando milhares a fugir, destrói casas e compromete ainda mais o acesso aos cuidados de saúde*. Médicos Sem Fronteiras: Comunicado de Imprensa.

REDACÇÃO (07.07.2020) "Anarquia total: a imagem que caracteriza Mocimboa da Praia" in *Mediafax*.

SCHLEIN, Lisa (09.02.2020) "ACNUR diz que conflito em Cabo Delgado gerou 100 mil deslocados" in *Voa Português*, disponível em <https://www.voaportugues.com/a/ag%C3%Aancia-de-refugiados-das-na%C3%A7%C3%B5es-unidas-diz-que-conflito-em-cabo-delgado-gera-100-mil-deslocados/5280716.html>, acesso a 02.07.2020

SITOE, Célia e QUEFACE, Tomás (2015) "Processo de reassentamento devido ao projecto GNL em Palma – Comunidades contestam modelo de indemnizações" in *Sekelekani*, disponível em <http://www.civilinfo.org.mz/files/Consulta%20Publica%20em%20Palma%20Agosto%202015.pdf>, consultado a 24.05.2019

SMITH, Johann (30.05.2020) "Analysis: Insurgent attack on Macomia town and surrounding villages, May 2020" in *Zitamar News*, disponível em <https://zitamar.com/analysis-insurgent-attack-macomia-town-surrounding-villages-may-2020/>, acesso a 02.07.2020.

VELASCO, Palmira (12.05.2017) "Processo de reassentamento em Palma: longe do direito à informação!" in *Sekelekani*, disponível em <https://www.sekelekani.org.mz/?slider=processo-dereassentamento-em-palma-longo-do-direito-a-informacao>, acesso a 24.05.2019.

ZITAMAR NEWS (22.05.2020) "Mozambique forces 'take insurgente base' in Quissanga – social media reports" in *Zitamar News*, disponível em <https://zitamar.com/mozambique-forces-take-insurgent-base-quissanga-social-media-reports/>, acesso a 02.07.2020.